

A SUÉCIA E A POLÍTICA EXTERNA FEMINISTA: ENTRE AVANÇOS, RETROCESSOS E LEGADO NORMATIVO

Anna Karolline da Silva Bastos¹

RESUMO

Este trabalho investiga a Política Externa Feminista (PEF) da Suécia, com foco na sua retirada em 2022 e no impacto normativo gerado por essa decisão. A pesquisa é de natureza exploratória, baseada em análise de fontes bibliográficas e documentais, como livros, artigos acadêmicos, documentos oficiais e relatórios governamentais, com o objetivo de examinar as diretrizes e iniciativas da PEF, assim como os motivos que levaram à sua revogação. A análise apresenta uma revisão da literatura sobre a PEF, abordando seus antecedentes, seu desenvolvimento e seu estado atual na academia, com o objetivo de contextualizar a importância da política e os debates que a envolvem. Em seguida, o foco recai sobre o contexto sueco, destacando o pioneirismo da implementação da PEF em 2014 e a decisão de sua revogação em 2022, discutindo os fatores internos e externos que influenciaram essa mudança. O estudo argumenta que, embora a retirada da PEF possa ser vista como um retrocesso nas políticas feministas, as normas pró-gênero e as perspectivas feministas continuam a influenciar, ao menos em teoria, as práticas e decisões da política externa sueca. Isso ocorre porque essas normas estão profundamente enraizadas no direito internacional, no *soft law* e em um cenário normativo global que ainda favorece a igualdade de gênero. Assim, a pesquisa sugere que a revogação da PEF não resulta no desaparecimento do impacto feminista nas relações internacionais, mas em uma reconfiguração das formas de sua aplicação e implementação.

Palavras-chave: Política Externa Feminista; Suécia; Legado Normativo.

ABSTRACT

This paper investigates Sweden's Feminist Foreign Policy (FFP), focusing on its withdrawal in 2022 and the normative impact generated by this decision. The research is exploratory in nature, based on the analysis of bibliographic and documentary sources, such as books, academic articles, official documents, and government reports, with the aim of examining the guidelines and initiatives of the FFP, as well as the reasons behind its revocation. The analysis presents a review of the literature on Feminist Foreign Policy, addressing its origins, development, and current status in academia, in order to contextualize the policy's significance and the debates surrounding it. It then focuses on the Swedish context, highlighting the pioneering implementation of FFP in 2014 and its revocation in 2022, discussing the internal and external factors that influenced this shift. The study argues that, although the withdrawal of the FFP may be seen as a setback for feminist policies, pro-gender norms and feminist perspectives continue to influence, at least in theory, Swedish foreign policy practices and decisions. This is due to the fact that these norms are deeply rooted in international law, soft law, and a global normative environment that still favors gender equality. Thus, the research suggests that the revocation of the FFP does not result in the disappearance of feminist impact in international relations, but rather a reconfiguration of the ways in which it is applied and implemented.

Keywords: Feminist Foreign Policy; Sweden; Normative Legacy.

INTRODUÇÃO

Em 2014, a Suécia se destacou ao adotar a primeira Política Externa Feminista (PEF), reforçando seu compromisso de longa data com a promoção da igualdade de gênero e dos direitos das mulheres por meio da diplomacia e

do engajamento multilateral. Essa decisão pioneira gerou um movimento internacional, inspirando países na Europa, Américas e África a implementarem suas próprias versões de PEF, Políticas de Cooperação para o Desenvolvimento Feminista ou Diplomacia Feminista. O impacto dessa mudança não só fortaleceu a presença de normas e estratégias pró-igualdade de gênero na formulação de políticas externas globais, mas também impulsionou o surgimento de um novo campo acadêmico interdisciplinar, dedicado à análise da política externa sob uma ótica feminista.

Diante disso, pesquisadoras como Aggestam, Rosamond, Kronsell, True, entre outras, desempenharam um papel crucial na construção teórica e prática dessa abordagem, explorando como a PEF se diferencia das práticas convencionais de política externa e investigando seus métodos de implementação e avaliação em diferentes contextos. No entanto, a decisão da Suécia de descontinuar a PEF em 2022 trouxe à tona novas e significativas questões, gerando debates não apenas sobre o impacto dessa retirada na conduta externa sueca, mas também sobre as perspectivas feministas nas relações internacionais de forma mais ampla. Tais questões ainda carecem de uma análise aprofundada, tornando a investigação sobre os efeitos dessa mudança um campo emergente e urgente de estudo.

Este trabalho, originalmente apresentado como monografia em junho de 2024², visa a contribuir para o preenchimento dessa lacuna, investigando a retirada, o dismantelamento e o legado normativo da PEF sueca. A pesquisa analisa os fatores que motivaram essa decisão e as repercussões dessa mudança, tanto no contexto nacional quanto internacional. Além disso, o trabalho busca oferecer uma compreensão mais aprofundada dos desafios e das oportunidades relacionados à promoção da agenda feminista na política externa contemporânea, com ênfase no impacto da retirada da PEF Sueca sobre o fortalecimento das normas de igualdade de gênero nas políticas externas.

Ademais, a pesquisa pretende destacar a importância da inclusão das mulheres nas decisões de alta política e reforçar a necessidade contínua de promover a igualdade de gênero em

todas as esferas da prática internacional. Essa análise é fundamental para o avanço do conhecimento acadêmico sobre um tema ainda pouco explorado, além de fortalecer a base de evidências necessárias para a construção de políticas públicas e internacionais mais inclusivas e justas.

Este estudo foi desenvolvido com base em uma revisão da literatura sobre a PEF, utilizando fontes bibliográficas e documentais. Sua estrutura está organizada em duas partes principais: a primeira apresenta uma revisão da literatura que contextualiza a PEF como uma tendência emergente, examinando seu desenvolvimento e estado atual no campo acadêmico; a segunda parte dedica-se à análise do caso sueco, abordando a implementação, a revogação e o legado normativo deixado por essa política, com atenção especial aos eventos e fatores que motivaram sua descontinuação, bem como aos impactos decorrentes dessa decisão.

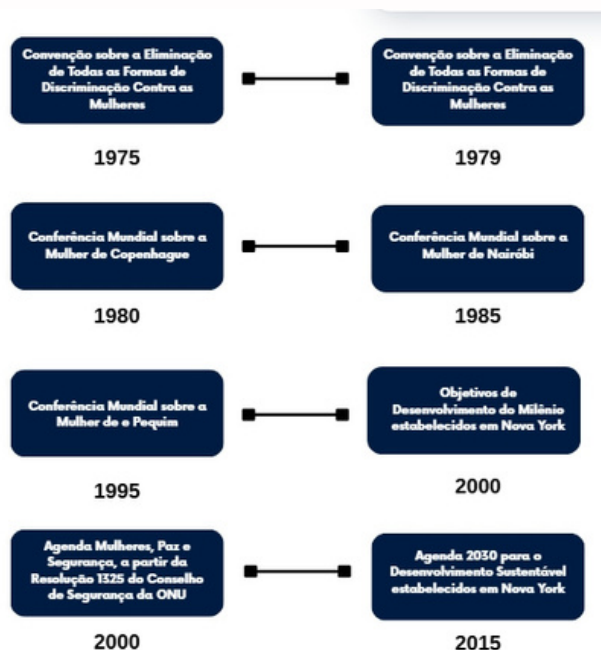
Como resultado, observa-se que, embora a revogação da PEF pela Suécia represente um retrocesso em termos de compromissos explícitos com a igualdade de gênero, ela não extingue completamente as normas e perspectivas feministas previamente estabelecidas. Essas normas, fundamentadas no direito internacional, no *soft law*³ e em um contexto normativo global favorável à igualdade de gênero, continuam a influenciar as políticas e decisões internacionais, preservando, ao menos teoricamente, seu impacto a longo prazo.

GÊNERO NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS: O CAMINHO RUMO À POLÍTICA EXTERNA FEMINISTA

Nos últimos anos, as abordagens de gênero e feministas nas políticas externas e de segurança ganharam destaque. Esse foco no *gender mainstreaming*⁴ no contexto internacional é, em grande parte, um desfecho natural de uma longa trajetória do movimento das mulheres, que lutaram pelo reconhecimento de seus direitos humanos e pela aceitação de sua participação em processos de paz e segurança. Segundo Tickner e True (2018), foram necessários quase cem anos para que os Estados reconhecessem as interseções entre gênero, segurança e desen-

volvimento. Nesse contexto, diversos marcos desempenharam um papel crucial na criação de um ambiente favorável à adoção de normas pró-gênero⁵ globalmente, abrindo caminho para a criação, eventualmente, de uma Política Externa Feminista (Ver Figura 1).

Figura 1: Principais Marcos na Construção da Consciência Global sobre Gênero



Fonte: Elaboração própria com base em dados fornecidos pela ONU (2010, 2025)

Como resultado dessa crescente conscientização internacional, 110 países adotaram Planos de Ação Nacional (NAP, na sigla em inglês) para implementar a Agenda Mulheres, Paz e Segurança (Agenda MPS) em suas políticas externas, de acordo com o WPS Focal Points Network (2024). Esses planos geralmente seguem normas internacionais, como a Resolução 1325 da ONU, visando a garantir que a igualdade de gênero seja central nas abordagens de segurança e desenvolvimento. Paralelamente, países como a Suécia têm sido pioneiros na incorporação da perspectiva feminista na política externa, defendendo a igualdade de gênero, o empoderamento feminino e a promoção da liderança das mulheres, com a convicção de que essas práticas são fundamentais para a construção de uma paz duradoura (Aggestam; True, 2020). Em 2014, o Reino Sueco lançou oficialmente sua PEF, tornando-se o primeiro Estado a assumir uma

estratégia explicitamente feminista em suas relações internacionais.

O país –ao adotar uma conduta externa feminista– “comprometeu-se com o avanço da igualdade de gênero e dos direitos das mulheres e meninas por meio de sua política externa e de seu engajamento multilateral” (ONU Mulheres, 2023, p. 2, tradução própria). Uma década depois, diversos países da Europa, América e África seguiram o exemplo sueco e adotaram PEF, Cooperação para o Desenvolvimento Feminista ou Diplomacia Feminista (Aggestam; True, 2020; Zilla, 2022; ONU Mulheres, 2023). Conforme mapeado pela ONU Mulheres (2023), até o presente, outros 12 países dizem estar comprometidos com abordagem semelhante (Ver Figura 2).

Figura 2: A Política Externa Feminista ao Redor do Mundo: Linha do Tempo por Países



Fonte: ONU Mulheres (2023)

Entretanto, o significado de PEF permanece ambíguo tanto na teoria quanto na prática (Thomson, 2020). Isso se deve, em primeiro lugar, à falta de consenso sobre os próprios princípios do feminismo. Consequentemente, grande parte da literatura sobre o tema se concentra em responder às seguintes questões: Como definir a PEF? Como estudá-la? Como essa abordagem se diferencia das práticas convencionais de política externa? Como implementá-la na prática? E, por fim, como avaliá-la, considerando os objetivos específicos e a cultura de cada país? (Aggestam; Rosamond; Kronsell, 2018; Aggestam; True, 2020; Thomson, 2020; Zilla, 2022).

Neste trabalho, serão discutidas teoricamente as três primeiras questões. As duas últimas, entretanto, são fortemente influenciadas pelas particularidades contextuais de cada nação, razão pela qual serão abordadas de forma mais direcionada adiante, com foco no contexto sueco. Essa abordagem é necessária, pois as práticas de política externa, assim como as estratégias de implementação e avaliação,

podem variar consideravelmente conforme o contexto político, social e cultural de cada país. Além disso, as diretrizes e abordagens adotadas por cada nação em relação à PEF também diferem substancialmente.

POLÍTICA EXTERNA FEMINISTA: DEBATES CONCEITUAIS E LACUNAS TEÓRICAS

Quanto à primeira questão sobre como definir a PEF, não há consenso claro. No entanto, os manuais governamentais que abordam essas iniciativas fornecem *insights* valiosos, destacando temas, objetivos e prioridades comuns adotados por diferentes países. Em 2023, a ONU Mulheres compilou essas informações com base nos guias oficiais de PEF, observando que a Suécia estruturou sua abordagem em três pilares: Direitos, Representação e Recursos. Embora existam variações terminológicas, a maioria dos países que adotam a PEF segue um padrão semelhante de prioridades, refletido nesses mesmos eixos (ONU Mulheres, 2023). Assim, as relações exteriores desses países geralmente incluem o compromisso com a igualdade, a não discriminação, a erradicação da violência de gênero, a promoção de uma representação substancial nas tomadas de decisão e posições de liderança, além do financiamento adequado de políticas para o avanço da igualdade de gênero (ONU Mulheres, 2023).

Segundo a ONU Mulheres (2023, p. 2), as PEF aspiram ser, em teoria, “transformadoras e sistemáticas”, “interseccionais”, “pós-coloniais e antirracistas”, “colaborativas e inclusivas” e “transversais e coerentes”. O uso do termo “feminista” implica que essas políticas buscam situar a igualdade de gênero como prioridade na política externa, utilizando o feminismo como ferramenta para identificar e desafiar estruturas de poder estabelecidas e questionar normas de gênero⁶ replicadas globalmente, inclusive em políticas externas e de segurança (Aggestam; Rosamond, 2016; ONU Mulheres, 2023). A adoção da PEF, portanto, envolve uma reorientação normativa da política externa, fundamentada em noções cosmopolitas de justiça e paz (Aggestam; Rosamond, 2016).

Para este estudo, adota-se o conceito de PEF proposto por Thompson et al. (2020): uma

política de Estado que define suas interações com outros países e atores não estatais de uma maneira que prioriza a paz, a igualdade de gênero e a integridade ambiental; promove e protege os direitos humanos; busca interromper estruturas de poder coloniais, racistas e patriarcais; e aloca recursos significativos, incluindo em pesquisa, para alcançar essa visão. Além disso, a política externa feminista visa ser coerente em sua abordagem em todos os níveis de influência, sendo desenvolvida em colaboração com ativistas feministas, grupos e movimentos, tanto localmente quanto no exterior.

Apesar do crescimento das normas pró-gênero e das estratégias feministas nas relações internacionais, ainda há uma escassez considerável de estudos dedicados à interseção entre gênero e política externa (Aggestam; True, 2020). Como resultado, questões cruciais, como “Como estudar a política externa a partir de uma perspectiva de gênero?” e “Como teorizar a Política Externa Feminista?”, permanecem, em grande parte, sem resposta. Essa lacuna revela a necessidade de mais pesquisas sobre a disseminação, adoção e implementação das normas pró-igualdade de gênero e dos objetivos feministas na política externa.

A Teoria da Política Externa Feminista se baseia em três linhas de pesquisa que, até recentemente, mantinham uma interação restrita: a Teoria Feminista de Relações Internacionais, a Ética Internacional e a Análise de Política Externa. Como observam Aggestam, Rosamond e Kronsell (2018), tanto o estudo da política externa quanto o da ética internacional frequentemente negligenciam as questões de gênero, enquanto a pesquisa feminista prioriza a análise da discriminação e da violência no contexto do comportamento e discurso da política externa.

Essa separação pode ser explicada por três fatores principais: a influência duradoura da ontologia (neo)realista, que historicamente tem orientado as práticas políticas no sistema internacional e que descarta políticas externas baseadas em considerações éticas ou emancipatórias como o feminismo (Aggestam; Rosamond; Kronsell, 2018); o ceticismo das feministas quanto à capacidade das estruturas institucionais centradas no Estado de promoverem agendas feministas, dado que os Estados são vistos como enraizados em

estruturas de poder patriarcais, hierárquicas e opressivas (Aggestam; True, 2020); e a predominância de uma estrutura masculinizada na política externa, que limita a influência das mulheres nesse campo (Aggestam; True, 2020).

As principais autoras da Política Externa Feminista defendem que superar esse gap é essencial para construir um arcabouço teórico mais sólido e abrangente para políticas feministas e pró-gênero. Elas apontam várias direções para o desenvolvimento teórico, incluindo a liderança feminina na política externa, as transformações nas normas pró-gênero, as tendências transnacionais e a relação entre identidade de gênero e diplomacia, entre outras (Aggestam; True, 2020). A ética do cuidado, por sua vez, oferece um campo fértil para a reflexão sobre políticas externas feministas (Aggestam; Rosamond; Kronsell, 2018). Contudo, o progresso na superação dessa lacuna e na consolidação de convergências teóricas permanece limitado.

SUÉCIA E IGUALDADE DE GÊNERO: UMA HISTÓRIA DE COMPROMISSO E PROGRESSO

Desde a década de 1970, o governo sueco adota a igualdade de gênero como prioridade política, destacando-se pela implementação do *gender mainstreaming* em 1994, o que marcou o início de uma abordagem mais estratégica e proativa para reduzir as disparidades entre os gêneros. Contudo, a igualdade de gênero é um princípio ainda mais antigo e central no modelo de política social do país, uma vez que as iniciativas em prol dessa causa remontam ao século XIX⁷ (Numhauser-Henning, 2015; OECD, 2018; Suécia, 2024). Esse longo histórico consolidou a Suécia como líder global na promoção dos direitos das mulheres, refletindo seu compromisso contínuo com a garantia de oportunidades iguais, tanto na esfera pública quanto na privada.

Um marco significativo para a Suécia, que a destacou no cenário internacional, foi a criação, em 2014, do primeiro governo autodeclarado feminista do mundo, durante o mandato inaugural do Primeiro-Ministro Stefan Löfven (2014-2018). Formado por uma coalizão entre o Partido Social-Democrata e o Partido Verde, o governo comprometeu-se a priorizar a igualdade

de gênero em todas as suas políticas, desde a elaboração de orçamentos sensíveis ao gênero até a implementação de uma Política Externa Feminista. Em 2015, em uma declaração oficial à ONU Mulheres, o Reino da Suécia definiu o governo feminista como aquele dedicado a combater estruturas e papéis sociais restritivos, garantindo que a igualdade de gênero influenciasse as decisões políticas e a alocação de recursos.

O destaque da Suécia na promoção da igualdade de gênero é sustentado por dados de diversos índices internacionais, como o Índice Global de Lacuna de Gênero⁸, o Índice de Igualdade de Gênero⁹ e o Índice de Desigualdade de Gênero (GII, na sigla em inglês)¹⁰. Embora, atualmente, ocupe a primeira posição apenas no ranking de igualdade de gênero da União Europeia, com 82,2 pontos (EIGE, 2023), a Suécia continua amplamente reconhecida como uma das nações mais igualitárias do mundo, permanecendo no top 10 global do Índice Global de Lacuna de Gênero desde 2006 (Fórum Econômico Mundial, 2023).

Nesse sentido, a análise do GII revela o progresso contínuo da Suécia na redução das disparidades de gênero ao longo das últimas décadas. O GII avalia a desigualdade de gênero por meio de três dimensões principais: saúde reprodutiva, empoderamento e participação no mercado de trabalho, com uma escala de 0 (igualdade total) a 1 (grande disparidade). Esse índice oferece uma visão clara de como as políticas e estratégias adotadas pela Suécia impactaram a igualdade de gênero ao longo do tempo.

Entre 1990 e 2000, a Suécia obteve uma redução significativa em sua pontuação no GII, que caiu de 0,099 para 0,060, representando uma diminuição de 39,39%. Esse avanço foi especialmente notável, pois ocorreu durante a implementação do *gender mainstreaming* para integrar a perspectiva de gênero nas políticas públicas. O progresso foi amplamente reconhecido, e em 1995, durante a Quarta Conferência Mundial sobre a Mulher, a Suécia foi declarada o país mais igualitário do mundo. Além disso, em 1996, a igualdade de gênero foi formalmente incorporada à cooperação sueca para o desenvolvimento internacional, consolidando ainda mais o país como líder na

promoção dos direitos das mulheres e da igualdade de gênero.

Outro período de destaque foi entre 2014 e 2018, quando, sob o governo feminista de Stefan Löfven, a Suécia reduziu sua pontuação no GII de 0,043 para 0,023, uma diminuição de 46,5%. Durante esse período, o governo implementou uma série de políticas focadas na promoção dos direitos das mulheres, abordando questões cruciais nas áreas de saúde, empoderamento e mercado de trabalho. A natureza desse governo foi fundamental para o avanço das políticas públicas voltadas para a igualdade de gênero. Contudo, após o fim do primeiro mandato de Löfven e a transição para um novo governo, os avanços começaram a estagnar, refletindo a dificuldade em manter a prioridade dada à igualdade de gênero quando o compromisso explícito de um governo feminista foi interrompido.

A análise mais detalhada do período de 2014 a 2018 revela que, no primeiro ano do governo feminista, a Suécia obteve uma redução de 11,6% em sua pontuação no GII. Esse avanço inicial foi promissor, mas o progresso total entre 2014 e 2018 foi de apenas 46,5%, indicando uma desaceleração nas políticas implementadas após os primeiros resultados positivos. Além disso, observa-se uma clara estagnação no progresso após a mudança na composição do governo em 2018 e a diminuição do foco nas questões de gênero, sugerindo que o fim do governo feminista pode ter contribuído para essa inércia. Isso evidencia a importância de uma abordagem contínua e sem interrupções para sustentar os ganhos.

Na apreciação mais recente de indicadores relacionados à saúde reprodutiva, empoderamento e mercado de trabalho, tanto avanços quanto desafios persistem. Na saúde reprodutiva, por exemplo, a taxa de mortalidade materna permaneceu estável entre 2015 e 2022, enquanto a taxa de gravidez adolescente diminuiu de 4,7 para 3,3 nascimentos por 1.000 mulheres, alinhando-se com as metas globais dos ODS (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável), especialmente nas metas 3.1 (redução da mortalidade materna) e 3.7 (acesso

a planejamento familiar).

No empoderamento político, a participação feminina no parlamento reduziu a lacuna de 12,9% para 5,4% entre 2015 e 2019, embora tenha havido um pequeno retrocesso em 2022 (7,2%). Além disso, o acesso à educação melhorou, com a disparidade de gênero na educação técnica e vocacional reduzida de 0,7% para 0,3%, alinhando-se à meta 4.4 dos ODS, que visa aumentar a formação técnica e vocacional.

No entanto, no mercado de trabalho, os avanços não se mostraram sustentáveis. A diferença na participação das mulheres na força de trabalho, que havia diminuído de 4,9% para 4,6% entre 2015 e 2019, aumentou para 6,7% em 2022, refletindo retrocessos atribuídos a fatores como a pandemia e outras crises globais, que afetaram desproporcionalmente mulheres e meninas. Isso está em consonância com os desafios previstos pela meta 8 dos ODS, que visa promover o emprego pleno e produtivo.

Em resumo, a Suécia tem mostrado avanços notáveis na redução das desigualdades de gênero, mas também enfrenta desafios persistentes. O fim do governo autodeclarado feminista, que priorizou a igualdade de gênero como uma questão central da agenda política, parece ter contribuído para uma desaceleração nos avanços. A mudança na composição do governo e a diminuição do foco nas questões de gênero após 2018 reforçam a necessidade de políticas contínuas e adaptativas para sustentar os progressos e garantir que as conquistas não sejam revertidas, especialmente diante de crises globais que impactam mais intensamente mulheres e meninas.

A ASCENSÃO DA PRIMEIRA POLÍTICA EXTERNA FEMINISTA

Em outubro de 2014, o governo de Stefan Löfven fez história ao anunciar a adoção da primeira PEF do mundo. Durante o fórum sobre Segurança Global e Gênero, organizado pelo Instituto de Paz dos Estados Unidos em janeiro de 2015, Margot Wallström, então Ministra das Relações Exteriores, explicou que a visão feminista na política externa compartilha os mesmos objetivos de qualquer abordagem progressista: promover a paz, a justiça, os

direitos humanos e o desenvolvimento humano. No entanto, seu ponto central era reconhecer que esses objetivos só são alcançáveis com o enfrentamento da discriminação, da exclusão e da violência direcionadas às mulheres (Wallström, 2015). Assim, a perspectiva feminista foi integrada em todas as áreas da política externa sueca, abrangendo relações exteriores e de segurança, cooperação para o desenvolvimento e comércio (Suécia, 2019).

Ao introduzir a terminologia feminista no mais alto nível de sua política externa, a Suécia reafirmou sua ambição de se tornar a principal defensora dos direitos das mulheres e meninas, consolidando ainda mais sua reputação de “superpotência moral” (Dahl, 2006; Suécia, 2015). Desde então, essa abordagem na política externa foi amplamente disseminada no cenário internacional, com diversos países adotando suas próprias versões de estratégias de promoção da igualdade de gênero na diplomacia (Ver Figura 2). Contudo, apesar dessa liderança normativa, o novo governo de coalizão de direita do Reino da Suécia, liderado pelo atual Primeiro-Ministro Ulf Kristersson, optou por revogar a PEF em 2022. A seguir, serão brevemente analisadas as diretrizes, a implementação e os resultados dessa política.

Do ponto de vista retórico, a Política Externa Feminista da Suécia se apresentava como uma agenda transformadora, com o objetivo de modificar estruturas estabelecidas e aumentar a visibilidade de mulheres e meninas como agentes ativos na sociedade (Suécia, 2018a). Em entrevista ao *The New Yorker* em 2015, Wallström justificou a escolha do termo, afirmando: “Acredito que feminismo seja um bom termo. Ele representa a luta contra a subordinação sistemática e global das mulheres” (tradução própria). Essa declaração sintetiza perfeitamente os pilares fundamentais da abordagem sueca, que eram: Direitos, Recursos e Representação (Suécia, 2018a). Esses três princípios, conhecidos como os “Três Rs”¹¹, orientaram, entre 2015 e 2022, todo o Serviço Exterior da Suécia, incluindo Ministério das Relações Exteriores, agências públicas de política externa, embaixadas e delegações que

representavam o país globalmente (Townsend; Bjarnegård; Jezierska, 2023).

Para guiar a implementação prática da PEF, o Ministério das Relações Exteriores da Suécia definiu seis áreas prioritárias no Plano de Ação de 2015-2018, alinhadas com outras políticas nacionais e compromissos internacionais, como a Política para o Desenvolvimento Global e a Agenda 2030. Esses objetivos foram incorporados ao Plano Operacional do Serviço Exterior sueco (Suécia, 2015, 2016, 2018b). As principais metas estabelecidas foram: garantir a plena fruição dos direitos humanos; assegurar a liberdade contra violência física, psicológica e sexual; promover a participação em esforços para a paz; incentivar a participação política e a influência em todas as áreas da sociedade; promover o empoderamento econômico; e garantir saúde e direitos sexuais e reprodutivos (SRHR, sigla em inglês). Em 2017, uma sétima meta foi adicionada: as atividades internas do Serviço Exterior sueco deveriam apoiar e promover a política (Suécia, 2016).

Com base nessas diretrizes, a Suécia defendeu ativamente a agenda feminista em diversas instâncias internacionais, incluindo a ONU, o Conselho da Europa e outros fóruns multilaterais e bilaterais. Entre as várias ações empreendidas¹², o país defendeu a inclusão dos direitos humanos das mulheres e meninas em resoluções e declarações, e promoveu a adoção da estratégia de *gender mainstreaming* em tratados internacionais. Além disso, a Suécia contribuiu significativamente para a política internacional de gênero, publicando relatórios detalhados sobre direitos humanos, democracia e o Estado de Direito. O país também fez compromissos concretos para garantir que uma perspectiva de gênero e medidas para combater a violência sexual e de gênero fossem integradas nas operações humanitárias, além de liderar a iniciativa internacional “Chamado à Ação sobre Proteção contra Violência de Gênero em Emergências”.

O LEGADO NORMATIVO DA POLÍTICA EXTERNA FEMINISTA SUECA EM TEMPOS DE RETROCESSO

Em outubro de 2022, após uma mudança histórica no legislativo, a Suécia se tornou a primeira nação a abandonar sua PEF. Naquele mesmo ano, em 11 de setembro, ocorreu a eleição parlamentar a qual resultou em um avanço inédito da ultradireita no país, marcando a primeira vez que ela assumiria o comando. O novo governo, uma coalizão entre o Partido Moderado, de centro-direita, e os Democratas Suecos, de extrema-direita e conhecidos por sua postura anti-imigração, declarou abertamente a irrelevância de uma abordagem feminista em tempos de guerra e militarismo, assumindo uma postura mais radical do que o governo social-democrata anterior (2018-2022), que, embora nunca tenha renunciado explicitamente a PEF, somente optava por não a destaca em suas declarações de segurança nacional e negociações com a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) (Wright; Rosamond, 2024).

O atual Ministro das Relações Exteriores, Tobias Billström, do Partido Moderado, anunciou a decisão logo após o Primeiro-Ministro, Ulf Kristersson, ter apresentado a nova composição do parlamento sueco. Em uma declaração à TT News Agency em 18 de outubro, menos de um mês após assumir o cargo, o chanceler afirmou: “A igualdade de gênero é um valor fundamental na Suécia e também para este governo. No entanto, não usaremos a expressão política externa feminista porque rótulos têm uma tendência de encobrir o conteúdo” (The Guardian, 2022, tradução própria). O ministro, ao proferir sua declaração, parecia sugerir que colocar a igualdade de gênero no cerne das relações exteriores seria contraproducente para os valores e os interesses internacionais do país, sobretudo diante da invasão da Ucrânia pela Rússia e de sua candidatura para a adesão à OTAN em 18 de maio de 2022.

Desde então, várias publicações sobre o assunto foram retiradas do site do Ministério das Relações Exteriores e de outras plataformas governamentais. Diplomatas suecos e outros agentes da política externa receberam instruções para evitar mencionar a Política Externa Feminista. Além disso, a posição anteriormente

conhecida como Embaixador(a) para a Igualdade de Gênero e Coordenador(a) da Política Externa Feminista agora é simplesmente chamada de Embaixador(a) para a Igualdade de Gênero. Por fim, a Suécia retirou-se do grupo informal de Política Externa Feminista (FFP+, na sigla em inglês)¹³ das Nações Unidas, uma coalizão inter-regional formada em 2021 para reunir países de todo o mundo com políticas externas feministas, bem como outros países com políticas inspiradas no feminismo (Townsend; Jezierska; Bjarnegård, 2024).

Esse processo foi delineado por Katharine Wright e Annika Rosamond (2024) como um silenciamento da justiça e igualdade de gênero dentro da política externa sueca. As autores esclarecem:

Nossa definição de silêncios de gênero é ampla em alcance, incluindo o silenciamento estrutural pelos Estados e organizações internacionais da igualdade de gênero e justiça em suas políticas e comunicações. Nossa definição de silenciamento de gênero também leva em conta outros atores na política global, feminizando e silenciando o Outro e atribuindo liderança e proteção masculinizadas ao Próprio (Wright; Rosamond, 2024, p. 590, tradução própria).

Como apontado por Thompson et al. (2023), embora o governo sueco tenha buscado acalmar os críticos afirmando que a remoção do termo feminista da descrição oficial de sua política externa não afetaria seu compromisso com a igualdade de gênero, a rejeição desse rótulo transmite uma mensagem clara: o nível de atenção aos direitos das mulheres e à igualdade de gênero inevitavelmente diminuirá, passando de uma prioridade central para apenas mais um entre muitos objetivos globais. Conforme discutido anteriormente, o uso da palavra feminista indicava a intenção de exercer influência como uma força disruptiva. O próprio Estado sueco enfatizava em seu Manual da Política Externa Feminista que, apesar da política externa da Suécia ser caracterizada por uma perspectiva clara de direitos e igualdade de gênero há muito tempo, a PEF significava um aumento em suas ambições progressistas (Suécia, 2018a).

Até recentemente, a política externa e de segurança da Suécia mantinha uma longa tradição de não alinhamento e neutralidade em tempos de guerra, enfatizando os valores de paz, liberdade e bem-estar (Brommesson; Ekengren; Michalski, 2022). Apesar de adotar uma política externa europeizada devido à sua afiliação à UE em 1995, o país demonstrou autonomia ao tomar decisões unilaterais ao longo dos anos, como estabelecer uma Política Externa Feminista e reconhecer a Palestina como Estado independente (Brommesson; Ekengren; Michalski, 2022). Contudo, o ataque russo à Ucrânia provocou uma intensificação substancial na cooperação entre a Suécia e a OTAN, culminando em sua adesão plena à coalizão em 7 de março de 2024 e, por conseguinte, em uma mudança significativa na abordagem da Suécia em relação à política global e à segurança nacional (Brommesson; Ekengren; Michalski, 2022; Wright; Rosamond, 2024).

Conforme Katharine Wright e Annika Bergman Rosamond (2024), desde fevereiro de 2022, as narrativas envolvendo a OTAN e a Suécia têm sido permeadas por silêncios de gênero. Previamente a este período, a Suécia desempenhava um papel ativo como defensor da implementação da Agenda MPS na OTAN, sugerindo que sua candidatura incluiria um foco na integração da perspectiva de gênero nas políticas da aliança (Wright; Rosamond, 2024). No entanto, isso não se concretizou. Segundo destacado pelas autoras, é intrigante o crescente envolvimento da OTAN com a Agenda MPS desde 2007, sobretudo diante de sua omissão específica no caso da Suécia. Este compromisso se evidencia através da criação do cargo de Representante Especial do Secretário-Geral para Mulheres, Paz e Segurança, bem como pela inclusão da Agenda MPS no novo conceito estratégico da aliança, adotado durante a Cúpula de Madri em 2022.

Outrossim, diversos Estados membros da OTAN, embora a própria aliança ainda não o tenha feito, utilizam oficialmente abordagem feminista para suas políticas externas, como a Alemanha, Canadá, Eslovênia, Espanha, França, Holanda e Luxemburgo. A Alemanha, inclusive, desponta como uma nova potencial líder entre os países que adotam políticas externas pró-gênero (Townes; Jezierska; Bjarnegård, 2024). Reiterando

seu compromisso com normas pró-igualdade de gênero, a nação alemã afirmou que sua implementação da PEF é plenamente compatível não apenas com sua filiação à OTAN, mas também com sua forte ênfase na defesa. De acordo com Wright e Rosamond (2022), essa posição do país germânico levanta a possibilidade de que, após a admissão na OTAN, a Suécia pudesse manter um compromisso firme com os princípios de sua PEF. No entanto, optou por não seguir esse caminho.

Segundo pesquisadoras como Rachel A. George (2022), Ann Towns, Katarzyna Jezierska e Elin Bjarnegård (2024) a decisão tomada pela Suécia suscita uma outra questão crucial: seria verdadeiramente factível para uma nação abandonar completamente sua PEF? As autoras argumentam que essa ação pode ser mais difícil do que os oponentes antecipam. Tal como indicado por Towns, Jezierska e Bjarnegård (2024), os governos não atuam como entidades autônomas com controle total sobre o conteúdo relacionado ao gênero em suas políticas externas. Em vez disso, sua autonomia é restringida por pelo menos três características amplas de governança: acordos internacionais e *soft law* sobre os direitos das mulheres que impõem demandas sobre o conteúdo da política externa; a complexa e geograficamente dispersa organização do serviço diplomático, que concede aos implementadores da política externa um grande grau de autonomia; e, especialmente no caso da Suécia, as expectativas da comunidade internacional para desempenhar o papel de líder em igualdade de gênero (Townes; Jezierska; Bjarnegård, 2024).

A PEF é resultado de uma rede de normas internacionais, instituições e acordos sobre os direitos das mulheres, responsáveis por integrar a igualdade de gênero à política externa. Por conseguinte, e em virtude do desenvolvimento do direito internacional, os Estados não têm liberdade de escolher se devem ou não considerar a igualdade de gênero em sua política externa. São compelidos a fazê-lo, mesmo que tenham declarado ou revogado uma PEF (Townes; Jezierska; Bjarnegård, 2024). Embora grande parte dessas normas sejam baseadas em *soft law*, constituída por benchmarks, manuais, códigos de conduta e outros instrumentos não vinculativos, elas exercem influência significativa

na formulação das políticas dos países, estabelecendo padrões para a integração da igualdade de gênero na política externa e colocando pressão social sobre os Estados para que cumpram esses parâmetros (Townsend; Jezierska; Bjarnegård, 2024).

Além das normas informais, observa-se um crescente corpus de leis internacionais, desde os anos 1970, as quais impõem obrigações legalmente vinculativas concernentes à igualdade de gênero na política externa. Portanto, no atual contexto sueco, a completa retirada da PEF implicaria: iniciar um processo de retirada dos tratados dos quais o país é signatário, ignorar a regulação internacional de *soft law* sobre igualdade de gênero e adotar medidas ativas para não participar dos fóruns nos quais tais normas são desenvolvidas (Townsend; Jezierska; Bjarnegård, 2024). Isso poderia distanciar ainda mais a Suécia de sua tradicional postura no sistema internacional.

Outra força mencionada por Townsend, Jezierska e Bjarnegård (2024) que pode influenciar a continuidade de muitas dessas características pró-gênero na política externa, é a implementação descentralizada dessa política. A respeito disso, as autoras explicam que as políticas governamentais nunca se executam por si só, precisando ser interpretadas e concretizadas por funcionários públicos em agências burocráticas e embaixadas. No caso da política externa, essa dinâmica é ainda mais complexa, porque envolve diversos temas e é executada por meio de embaixadas, delegações e agências localizadas em todo o mundo (Townsend; Jezierska; Bjarnegård, 2024). O serviço externo sueco, por exemplo, é composto pelo Ministério das Relações Exteriores e 138 missões internacionais, com 91 embaixadas localizadas no exterior, 30 embaixadores localizados em Estocolmo, 9 consulados gerais e 8 missões multilaterais (Townsend, Jezierska; Bjarnegård, 2023). Além disso, até 2022, cerca de 55% dos funcionários das embaixadas haviam recebido treinamento em igualdade de gênero e/ou PEF (Townsend, Jezierska; Bjarnegård, 2023).

Por fim, as pesquisadoras destacam as expectativas internacionais quanto à liderança sueca em matéria de igualdade de gênero, especialmente após seu pioneirismo em 2014. As expectativas internacionais em relação a um

Estado e seu papel no sistema internacional são de extrema importância para moldar o comportamento da política externa. Todos os agentes envolvidos na formulação de políticas respondem a solicitações e expectativas provenientes de organizações internacionais, públicos estrangeiros, organizações da sociedade civil e outros, o que influencia a análise de políticas e a tomada de decisão (Townsend, Jezierska; Bjarnegård, 2024). A Suécia, frequentemente considerada um modelo moral, tem sentido essas expectativas desde meados da década de 1990, quando começou a se destacar em índices de igualdade de gênero.

Conforme observado por Rachel A. George (2022), o realinhamento da política externa sueca, em certos aspectos, não é surpreendente. As políticas de gênero frequentemente oscilam com as mudanças eleitorais, e historicamente, as agendas progressistas de igualdade de gênero encontraram obstáculos e retrocessos. No entanto, o fato surpreendente é que a nação que iniciou esse movimento agora está liderando a tentativa de desfazê-lo. O anúncio teve repercussões negativas na comunidade feminista da política externa. Segundo Thompson et al. (2023), a decisão causou desapontamento nas feministas tanto em nível nacional quanto global e retardou o progresso da PEF da Libéria, a qual estava recebendo assistência técnica da Suécia, mas também foi educativa, intensificando a urgência entre ativistas de desenvolver estratégias que institucionalizam práticas feministas de política externa.

Em última análise, Thompson et al. (2023) afirmam que, após dois anos intensos, 2021 e 2022, nos quais oito países adotaram PEF (Ver Figura 1), possivelmente estamos entrando em um período de moderação no discurso. Não obstante, até o momento, a saída da Suécia da liderança do clube feminista de política externa tem aberto espaço para uma nova geração de defensores mais diversificados (Thompson et al., 2023). Desta forma, enquanto o país nórdico abdicou de seu comando no grupo FFP+, Chile e Alemanha se uniram em uma espécie de coliderança que transcende todos os hemisférios e amplia os horizontes. Como exposto, até o

desenvolvimento deste trabalho, as PEF estão sendo promovidas em cinco das seis regiões da ONU, cada uma com suas próprias abordagens, ideias e contribuições.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve como objetivo investigar a retirada, o desmantelamento e o legado normativo da Política Externa Feminista da Suécia, destacando seu potencial para inspirar políticas públicas mais eficazes e socialmente justas, mesmo em um contexto de retrocessos. Com base na análise da literatura sobre PEF e outras políticas externas pró-gênero, explorou-se o pioneirismo sueco como marco crucial para a inclusão da perspectiva de gênero nas relações internacionais. Foram examinados o contexto político que motivou a implementação inicial da PEF, suas motivações e os desafios enfrentados ao longo do processo. Além disso, investigaram-se os eventos que levaram à retirada da PEF, analisando os impactos e repercussões dessa decisão tanto em nível nacional quanto internacional.

O abandono da PEF pela Suécia em 2022 representa um retrocesso significativo na promoção da igualdade de gênero. Essa decisão não apenas reflete uma mudança ideológica no governo, mas também ressalta a fragilidade dos avanços conquistados e a necessidade contínua de vigilância e ação coletiva para proteger e fortalecer os direitos das mulheres em todo o mundo. Ao substituir a PEF por uma abordagem mais convencional, a Suécia compromete sua posição histórica como defensora de direitos humanos e igualdade, afetando seu prestígio internacional e possivelmente inaugurando um período de postura mais neutra em relação à promoção de questões pró-gênero na comunidade internacional.

Apesar da mudança no discurso oficial, a Suécia permanece vinculada a normas internacionais que promovem a igualdade de gênero. A retirada da PEF não elimina essas obrigações legais e normativas; portanto, o legado normativo da PEF sueca persiste. Esta política pioneira não apenas abriu caminho para

outras nações adotarem abordagens feministas em suas relações internacionais, mas também consolidou expectativas e exemplificou as complexidades e desafios enfrentados na promoção da igualdade de gênero globalmente. A ação da Suécia pode representar um retrocesso, mas também serve como um lembrete de que a luta pela igualdade de gênero é uma jornada contínua, marcada por desafios e progressos. Para avançar nessa jornada, é crucial aprender com a experiência sueca e fortalecer políticas públicas que garantam os direitos das mulheres e meninas em todas as esferas da sociedade.

O realinhamento das prioridades da Suécia pode abrir espaço para novos líderes nas políticas feministas globais, como demonstrado pelo crescente papel do Chile e da Alemanha no Grupo FFP+ da ONU. Essa mudança sugere que, à medida que a Suécia diminui sua atuação, outros países podem assumir um papel mais proeminente na defesa dos direitos das mulheres e da igualdade de gênero. Além disso, tem causado uma resposta educativa, incentivando outros países e ativistas a fortalecerem suas próprias agendas feministas na política externa, buscando garantir a continuidade dos compromissos, mesmo frente a mudanças políticas.

Por fim, esta pesquisa revela a escassez de estudos acadêmicos dedicados à PEF, especialmente no que diz respeito à sua implementação e legado na Suécia, o que limita significativamente o debate acadêmico sobre o tema. Para avançar nesse campo, é imperativo aprofundar essa análise, possibilitando uma compreensão mais abrangente dos impactos de políticas como a PEF em contextos nacionais e internacionais. A colaboração estreita entre acadêmicos, formuladores de políticas e ativistas desempenha um papel crucial na identificação e superação das lacunas de pesquisa existentes, fortalecendo assim a base de conhecimento necessária para promover uma agenda de igualdade de gênero mais robusta e fundamentada em práticas eficazes de política externa.

NOTAS

¹Bacharel em Relações Internacionais pela Universidade Católica de Brasília, annakaroline.bastos@gmail.com.

²O texto integral pode ser acessado no Repositório Institucional da Universidade Católica de Brasília, disponível através do seguinte link: <https://repositorio.ucb.br:9443/jspui/handle/123456789/14416>.

³Normas não vinculativas, como diretrizes ou princípios, que influenciam práticas e políticas, mas não têm força legal para impor sanções (Mazzuoli, 2016).

⁴Designa uma estratégia para alcançar a igualdade de gênero, integrando essa perspectiva na formulação de políticas e decisões em todas as áreas e níveis, para que homens e mulheres se beneficiem igualmente e a desigualdade não seja perpetuada (ECOSOC, 1997; Hannan, 2022). No entanto, integrar gênero não se limita a ampliar a participação política das mulheres, mas envolve também incluir as percepções, experiências, conhecimentos e interesses de ambos os gêneros na elaboração de políticas, planejamento e tomada de decisões.

⁵Também chamadas de normas pró-igualdade de gênero, essas práticas incluem compromissos na política externa, como: (1) o uso do gender mainstreaming para promover a igualdade de gênero e os direitos das mulheres em áreas como segurança, defesa, comércio e desenvolvimento; (2) assistência ao desenvolvimento focada na redução da desigualdade de gênero; (3) priorização da segurança e dos direitos humanos das mulheres, incluindo a implementação da Agenda Mulheres, Paz e Segurança; e (4) criação de mecanismos institucionais, como embaixadores globais para o empoderamento feminino e promoção de liderança feminina (Aggestam; True, 2020).

⁶Indicam o papel social e, portanto, os deveres e as expectativas que condicionam o comportamento de homens e mulheres em um determinado contexto. Ou seja, estabelece o que

é valorizado, esperado e permitido socialmente de cada indivíduo com base em seu sexo-características biológicas e anatômicas (Hannan, 2022).

⁷Ver Agência Sueca de Igualdade de Gênero (2018)

⁸Estabelecido pelo Fórum Econômico Mundial em 2006.

⁹Criado pelo Instituto Europeu para a Igualdade de Gênero (EIGE, na sigla em inglês) em 2013.

¹⁰Concebido pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) em 2010.

¹¹Dado que em inglês, esses termos são traduzidos como Rights, Resources, and Representation.

¹²Ver Governo da Suécia (2018).

¹³Os membros atuais do FFP+ são: Albânia, Argentina, Bélgica, Canadá, Chile, Colômbia, Costa Rica, França, Alemanha, Israel, Libéria, Luxemburgo, México, Mongólia, Países Baixos, Ruanda, Espanha e Tunísia.

REFERÊNCIAS

AGGESTAM, K.; ROSAMOND, A. B. Swedish Feminist Foreign Policy in the Making: Ethics, Politics, and Gender. **Ethics & International Affairs**, [S.L.], v. 30, n. 3, p. 323-334. DOI: doi:10.1017/S0892679416000241.

AGGESTAM, K.; ROSAMOND, A. B.; KRONSELL, A. Theorising feminist foreign policy. **International Relations**, [S.L.], v. 33, n. 1, p. 23-39, 27 nov. 2018. SAGE Publications. DOI: <http://dx.doi.org/10.1177/0047117818811892>.

AGGESTAM, K.; TRUE, J. Gendering Foreign Policy: a comparative framework for analysis. **Foreign Policy Analysis**, [S.L.], v. 16, n. 2, p. 143-162, 6 mar. 2020. Oxford University Press (OUP). DOI: <http://dx.doi.org/10.1093/fpa/orz026>.

GEORGE, R. A. **Sweden's Feminist Foreign Policy Can't Be Undone**. 2022. Disponível em: <https://foreignpolicy.com/author/rachel-a-george/>. Acesso em: 12 jun. 2024.

HANNAN, C. **Handbook on gender mainstreaming for gender equality results**. [S.l.]: Entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Gênero e o Empoderamento das Mulheres (ONU Mulheres), 2022, 101 p.

INSTITUTO EUROPEU PARA A IGUALDADE DE GÊNERO (EIGE). **Índice de Igualdade de Gênero**. 2023. Disponível em: <https://eige.europa.eu/gender-equality-index/2023/SE>. Acesso em: 12. jun. 2024.

MAZZUOLI, Valério de Oliveira. **Curso de Direito Internacional Público**. 10. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo, SP: Editora Revista dos Tribunais, 2013.

NAÇÕES UNIDAS. Conselho Econômico e Social (ECOSOC). Report of the Economic and Social Council for 1997, (A/52/3). 18 set. 1997. Disponível em: <https://www.un.org/womenwatch/daw/csw/GMS.PDF>. Acesso em: 12 jun. 2024.

NAÇÕES UNIDAS. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) – com pequeno processamento por Our World in Data. **Gender Inequality Index, 1990 to 2022**. 2024. Disponível em: <https://ourworldindata.org/grapher/gender-inequality-index-from-the-human-development-report?tab=chart&country=~SWE>. Acesso em: 12 jun. 2024.

NAÇÕES UNIDAS. Entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Gênero e o Empoderamento das Mulheres (ONU MULHERES). **Gender-responsive approaches to foreign policy and the 2030 Agenda: feminist foreign policies**. 2023. Disponível em: <https://www.unwomen.org/en/digital-library/publications/2023/09/policy-brief-gender-responsive-approaches-to-foreign-policy-and-the-2030-agenda-feminist-foreign-policies>. Acesso em: 12 jun. 2024.

NAÇÕES UNIDAS. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). **Índice de Desigualdade de Gênero**. 2022. Disponível em: <https://hdr.undp.org/data-center/thematic-composite-indices/gender-inequality-index#/indicies/GII>. Acesso em: 12 jun. 2024.

NUMHAUSER-HENNING, A. **The policy on gender equality in Sweden**. Brussels: Citizens' Rights and Constitutional Affairs, European Parliament, 2015. Disponível em: [http://www.europarl.europa.eu/thinktank/en/document.html?reference=IPOL_STU\(2015\)510011](http://www.europarl.europa.eu/thinktank/en/document.html?reference=IPOL_STU(2015)510011). Acesso em: 12 jun. 2024.

ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (OECD). Is the Last Mile the Longest? Economic Gains from Gender Equality in Nordic Countries. **Gender Equality At Work**, Paris, p. 1-91, 14 maio 2018. DOI: [Http://dx.doi.org/10.1787/9789264300040-en](http://dx.doi.org/10.1787/9789264300040-en).

SUÉCIA. Ministério das Relações Exteriores. **Swedish Foreign Service action plan for feminist foreign policy 2015–2018 including focus areas for 2016**. 8 dez. de 2015. Disponível em: <https://www.peacewomen.org/sites/default/files/action-plan-feminist-foreign-policy-2015-2018.pdf>. Acesso em: 12 jun. 2024.

SUÉCIA. Ministério das Relações Exteriores. **Swedish Foreign Service action plan for feminist foreign policy 2015–2018 including focus areas for 2017**. 2016. Disponível em: <https://www.peacewomen.org/sites/default/files/Swedish%20Foreign%20Service%20action%20plan%202017.pdf>. Acesso em: 12 jun. 2024.

SUÉCIA. Ministério das Relações Exteriores. **Sweden's feminist foreign policy – examples from three years of implementation**. 19 jan. 2018. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1cYsr9BMAEDkAoUQ1lBuwRmBLZ-qRz7z8/view?usp=sharing>. Acesso em: 12 jun. 2024.

SUÉCIA. Ministério das Relações Exteriores. **Handbook Sweden's feminist foreign policy**. 29 ago. 2018a. Disponível em: https://www.swedenabroad.se/globalassets/ambassador/zimbabwe-harare/documents/handbook_swedens-feminist-foreign-policy.pdf. Acesso em: 12 jun. 2024.

THE GUARDIAN (Reino Unido). **Swedish government scraps country's pioneering 'feminist foreign policy'**. 2022. Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2022/oct/18/swedish-government-scraps-countrys-pioneering-feminist-foreign-policy>. Acesso em: 12 jun. 2024.

THOMSON, J. What's Feminist about Feminist Foreign Policy? Sweden's and Canada's Foreign Policy Agendas. **International Studies Perspectives**, [S.L.], v. 21, n. 4, p. 424-437, 24 jan. 2020. Oxford University Press (OUP). <http://dx.doi.org/10.1093/isp/ekz032>.

THOMPSON, L. **Feminist Foreign Policy: a framework**. Washington, DC: International Center for Research on Women, 2020. Disponível em: https://www.icrw.org/wp-content/uploads/2021/07/FFP_Framework_EN_June2021update.pdf. Acesso em: 12 jun. 2024.

THOMPSON, L. et al. **Toward a Feminist Foreign Policy in the United States**. Washington, DC: International Center for Research on Women, 2020. Disponível em: https://www.icrw.org/wp-content/uploads/2020/05/FFP-USA_v11-spreads.pdf. Acesso em: 12 jun. 2024.

THOMPSON, L. et al. **Définir une politique étrangère féministe: édition 2023**. [S.l.]: The Feminist Foreign Policy Collaborative, 2023. Disponível em: <https://www.ffpcollaborative.org/>. Acesso em: 12 jun. 2024.

TICKNER, J. Ann. Hans Morgenthau's Principles of Political Realism: a feminist reformulation. **Millennium: Journal of International Studies**, [S.L.], v. 17, n. 3, p. 429-440, dez. 1988. SAGE Publications. <http://dx.doi.org/10.1177/03058298880170030801>.

TICKNER, J. A. **Gendering World Politics: issues and approaches in the post Cold-war era**. New York: Columbia University Press, 2001.

TICKNER, J. A.; TRUE, J. A Century of International Relations Feminism: From World War I Women's Peace Pragmatism to the Women, Peace and Security Agenda. **International Studies Quarterly**, [S.l.], v. 62, n. 2, p. 221-233. DOI: <https://doi.org/10.1093/isq/sqx091>.

TICKNER, J. Ann; SJOBERG, Laura. Feminism. In: DUNNE, Tim; KURKI, Milja; SMITH, Steve (ed.). **International Relations Theories: discipline and diversity**. 3. ed. United Kingdom: Oxford University Press, 2013. Cap. 11. p. 205-2013.

TONG, R; BOTTS, T. F. **Feminist Thought: A More Comprehensive Introduction**. New York: Routledge, 2017.

TOWNS, A.; BJARNEGÅRD, E.; JEZIERSKA, K.. **More Than A Label, Less Than A Revolution: Sweden's feminist foreign policy**. [S.L.]: The Expert Group For Aid Studies (EBA), 2023.

TOWNS, A.; BJARNEGÅRD, E.; JEZIERSKA, K. Can a feminist foreign policy be undone? Reflections from Sweden. **International Affairs**, [S.L.], v. 100, n. 3, p. 1263-1273, 7 maio 2024. Oxford University Press (OUP). DOI: <http://dx.doi.org/10.1093/ia/iiae079>.

TRUE, J. (ed.). Feminism(s). In: DEVETAK, R. (ed.). **Theories of International Relations**. [S.L.]: Bloomsbury Academic, 2022. p. 296-340.

WALLSTRÖM, M. **Global Security and Gender - A Forum With Sweden's Foreign Minister Margot Wallström**. 2015, The United States Institute of Peace (USIP) (Washington, DC). Disponível em: https://www.youtube.com/live/4hY2hwtHJNA?si=RWP_fjqprNhb3KBY. Acesso em: 12 jun. 2024.

WRIGHT, Katharine A M; ROSAMOND, A. B. Sweden, NATO and the gendered silencing of feminist foreign policy. **International Affairs**, [S.L.], v. 100, n. 2, p. 589-607, 4 mar. 2024. Oxford University Press (OUP). DOI: <http://dx.doi.org/10.1093/ia/iiae002>.

ZILLA, C. Feminist foreign policy. **SWP Comment**, 2022. Stiftung Wissenschaft und Politik (SWP), German Institute for International and Security Affairs. DOI: <http://dx.doi.org/10.18449/2022C48>.